



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) e segurança alimentar em assentamentos da região centro norte de São Paulo.

Matheus Ferreira Bocca, Regina Aparecida Leite de Camargo (orientadora), Jean Marcos Soares de Matos, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", campus de Jaboticabal, agronomia, matheusbocca@uol.com.br, bolsa extensão PROEX.

Eixo 2 - "Os Valores para Teorias e Práticas Vitais"

Resumo:

O trabalho apresenta os resultados de pesquisa realizada em assentamentos rurais na região centro norte de São Paulo, com aplicação de 142 questionários semi-estruturados, para verificar o acesso dos assentados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu impacto na segurança alimentar das famílias. Demonstrou-se que apesar do potencial do programa, o acesso fica aquém do que se poderia esperar.

Abstract:

The article presents the results of a research carried on in settlement areas in the northern and central regions of São Paulo state, with the application of 142 semi structured questionnaires to estimate the access of settlers to the Food Acquisition Program (PAA) and its impact in the food security of families. It was demonstrated that in spite of the potential of this program, the access remains below what could be expected.

Key words: *family farming, public policies, institutional markets*

Palavras Chave: *agricultura familiar, políticas públicas, mercados institucionais*

Introdução

Para garantir sistemas de policultivo em um território da agroindústria é necessário propiciar aos agricultores familiares alternativas de renda e inclusão social nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Nesse sentido, desde a década de 1990 surgem programas de políticas públicas direcionados para a agricultura familiar, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, o Programa de Aquisição de Alimentos de 2003 e o Artigo 14 da Lei 11.947 que regulariza o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de 2009, que estipula que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos por prefeituras, para a merenda escolar advenham da agricultura familiar.

Tanto a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) como o PAA e PNAE expressam uma preferência pela produção familiar moldada na agroecologia, mesmo que ainda não seja grande o percentual de assentados que cultivam seus lotes pelos princípios e práticas da agroecologia.

O PAA foi criado no bojo do Programa Fome Zero como um programa intersetorial porque combina um ações de cunho social, combatendo a fome nos segmentos menos favorecidos da população, com uma política agrícola de incentivo a produção de alimentos pela agricultura familiar.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), *O Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos públicos*



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino" (Brasil, 2015).

Também é um programa interministerial, por que além do MDS, dele participam a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MDA).

O PAA possui hoje seis modalidades, que são: Compra com doação simultânea, compra direta da agricultura familiar, apoio a formação de estoques, incentivo a produção e ao consumo de leite, compra institucional e aquisição de sementes.

Este trabalho apresenta o acesso ao PAA e sua relação com a segurança alimentar entre as famílias do assentamento de reforma agrária Córrego Rico, onde desenvolvemos um projeto de extensão universitária denominado: "Assessoria aos produtores do assentamento Córrego Rico visando o aumento sustentável da produção e a inserção em mercados institucionais" separadamente e em conjunto com outros nove assentamentos da região norte e leste do estado de São Paulo, de acordo com classificação do ITESP, onde foi realizada a pesquisa acima referida.

O assentamento Córrego Rico fica a 10 km do município de Jaboticabal/SP e foi criado em 1998, assentando 47 famílias, em uma área de 468 ha, dos quais 362 há são agricultáveis. O assentamento conta com uma associação identificada por: "Associação de Produtores Familiares Terra Rica" a qual elabora os projetos que são enviados à CONAB.

Objetivos

O objetivo foi verificar o acesso a um programa de fortalecimento da agricultura familiar, que é o PAA e a segurança alimentar entre as famílias assentadas da reforma agrária de Córrego Rico e os outros 9 assentamentos. Também visou-se identificar a presença ou não de insegurança alimentar através da Escala Brasileira de medida da Insegurança Alimentar e por ultimo, o acesso do assentamento de Corrego Rico nos anos de 2013 e 2014 ao PAA.

Material e Métodos

Esse trabalho apresenta dois momentos de pesquisas: no primeiro foram realizadas entrevistas em dez áreas de assentamentos rurais, com 142 famílias, durante o primeiro semestre de 2012. Foi

utilizado um questionário semi-estruturado, e os assentamento foram escolhidos segundo a classificação regional adotada pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). O instituto separa os municípios de Ribeirão Preto, Barretos e Franca como Regional Norte e Araras como Região Central. No segundo momento realizou-se uma entrevista direta com os assentados do Córrego Rico, recolhendo dados sobre os últimos dois anos.

Para averiguar a segurança alimentar entre as famílias entrevistadas foi utilizado o questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Resultados e Discussão

Na primeira pesquisa, realizada nos dez assentamentos, pode-se verificar que em relação ao acesso ao crédito rural, 76,6% das famílias não contraiu financiamento de custeio ou investimento no ano agrícola de 2011/12, como pode ser observado na Tabela 2, anexo 1.

Dos 23,4% que contraíram financiamento, predominam os contratos de custeio (Tabela 3). Esse baixo acesso ao crédito rural se explica pelo fato de muitos assentados estarem inadimplentes devido a empréstimos contraídos no início do assentamento, quando ainda estavam aprendendo sobre o que e como plantar, o que levava a perda nas colheitas.

A participação nos programas PAA e PNAE, em 2011/12, também se mostrou pouco significativa entre as famílias entrevistadas, conforme ilustrado na Tabela 4.

Quando perguntados sobre as principais dificuldades que encontravam ao participar nesses programas, os entrevistados mencionaram a demora na aprovação da proposta, o baixo limite por produtor (DAP), a falta de assistência técnica e os atrasos no pagamento. Essas respostas coincidem com os resultados de outras pesquisas (GRISA, 2009)

Mesmo que a participação no PAA e PNAE entre os assentados esteja fora do esperado pela importância e potencial desses programas, é importante salientar que sua presença em quase 37% dos lotes entrevistados fica bem acima dos menos de 11% de participação no PAA que foi registrado para o estado de São Paulo no ano de 2011. O que demonstra que os assentados da reforma agrária beneficiam-se dos programas de políticas públicas para a agricultura familiar em maior proporção que os demais produtores familiares paulistas.



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



Ainda que o PAA apresente um menor teto por produtor que detém o documento denominado Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) do que o PNAE, esse programa tem a vantagem de ser mais antigo do que o PNAE e menos exigente quanto à quantidade e qualidade dos produtos entregues. Principalmente na modalidade "Compra com Doação Simultânea", que costuma adquirir o que o produtor conseguiu produzir naquele momento.

No que tange a avaliação de segurança alimentar das famílias pela EBIA, não averiguou a parte nutricional dos alimentos consumidos, mas se avalia variedade na alimentação, se houve menor consumo de alimentos no dia do que a pessoa gostaria ou se alguma refeição foi pulada, ou até mesmo se alguém da família ficou sem comer no dia.

A preocupação com a falta de dinheiro ou de produção para aquisição de alimentos, já configura uma insegurança alimentar leve, e na época da entrevista, 23,88% dos entrevistados apresentava alguma insegurança alimentar.

A Figura a baixo mostra esta situação:

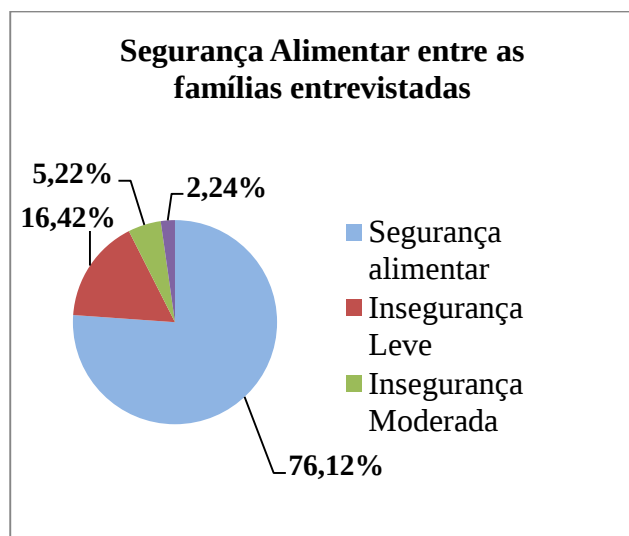


Figura 1: segurança alimentar entre as famílias entrevistadas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A Figura 2 (ver anexo2) representa os resultados da EBIA por assentamento, onde o Reage Brasil foi o único que não apresentou nenhum caso de insegurança alimentar e o de Ibitiúva é o que aparece em pior situação. No caso de Araras, a gleba I não registrou casos de insegurança alimentar, porém na gleba III foi registrado um caso de insegurança grave. O assentamento Araras III é um assentamento mais novo, maior e com mais famílias que o I e II.

O gráfico seguinte, Figura 3, (ver anexo 2) nos mostra uma comparação da entrada dos assentados ao PAA e PNAE com a segurança alimentar das famílias.

Constatamos que diminuíram os casos de insegurança leve e moderada entre os que acessam o PAA e PNAE, porém no caso de insegurança grave o percentual apareceu maior entre os que participavam desses programas, o que pode ser resultado de erro na aplicação do questionário. O esperado é que diminua a porcentagem de insegurança alimentar com a entrada de mais assentados a esses programas e com o desenvolvimento dos mesmos.

Na segunda pesquisa, realizada em Córrego Rico no ano de 2014, constatou-se que houve a participação no PAA, no ano de 2013, por 21 das 47 famílias do assentamento (44% do total) e no ano de 2014 por 29 assentados (62% do total). De um ano para o outro houve um aumento do valor total do projeto e no valor total recebido por cada participante, o que pode-se observar na Tabela 1

Tabela 1: Projetos do PAA no assentamento Córrego Rico

Ano	2013	2014
Modalidade	Doação simultânea	Doação simultânea
Nº Participantes	21	29
Valor Total	R\$ 88.380,00	R\$ 192.000,00
Valor por Participante	R\$ 4.230,00	R\$ 6.620,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2014

A falta de uma maior participação no PAA, assim como nos outros programas, parece estar ligada às dificuldades apontadas pelos entrevistados, que seriam a, demora na aprovação da proposta, atraso no pagamento e teto baixo por produtor portador de DAP, o que reforça a necessidade de melhoria dos mesmos. A falta de água para irrigação na grande maioria dos assentamentos também é um fator limitante à participação plena em programas de políticas públicas para a agricultura familiar. Pode-se ver que os dados coincidem com os da primeira pesquisa, realizada em todos os outros nove assentamentos.

Conclusões

Uma questão fundamental na discussão sobre a participação dos assentados na implantação e gerenciamento de políticas que demandam a organização da produção e da entrega dos produtos diz respeito à presença de infraestrutura básica nos



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROEXTENSÃO

assentamentos, como água para irrigação principalmente de hortaliças e frutíferas.

O agricultor assentado também necessita ser capacitado para o gerenciamento da propriedade e das chamadas públicas, instrumento utilizado no caso das aquisições pelo PNAE. A deficiência técnica e as limitações da assistência técnica oficial, limitam ou até impedem a inserção nesses programas. Deve-se tratar também da questão da segurança alimentar, garantindo que ela aconteça e melhorando sua situação, onde além de variedade de alimentos, haja incremento na sua qualidade nutricional e sanitária.

O tratamento de forma ampliada da questão da segurança alimentar, para além da ingestão de calorias e da sanidade dos alimentos, e sua associação com a produção familiar, com a geração de renda, com os circuitos curtos de comercialização e com o desenvolvimento local representam um avanço na implantação e condução de programas intersetoriais de políticas públicas. Mas é necessário sua constante avaliação através de pesquisas para estimar se os mesmos estão cumprindo seus objetivos iniciais de combate a fome e a miséria no Brasil.

A segunda pesquisa em Córrego Rico, vem reforçar que apesar do potencial de ampliação das possibilidades de comercialização da produção familiar, apresentado pelo PAA, e a melhoria da segurança alimentar tanto de quem recebe quanto de quem produz na modalidade Doação Simultânea, o programa acaba por não atender a maioria dos

produtores, tendo sido acessado apenas duas vezes pelos agricultores desse assentamento.

Agradecimentos

Agradeço à PROEX pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

- BACCARIN, J.G.; Bueno, G.; Aleixo, S.S. & Silva, D.B.P. Agricultura Familiar e Alimentação Escolar sob a vigência da Lei 11.947/2009: adequação das chamadas públicas e disponibilidade de produtos no estado de São Paulo em 2011. **Anais do 50º Congresso da SOBER**, 2012.
- GRISA, Catia. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva**. Apontamentos e questões para o debate. Trabalho apresentado no "Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", Juazeiro (BA), 24 e 25 de agosto de 2009.
- PILLA, M.; ANDRADE, M.R.O.; MARQUES, L.A.P. (Orgs). Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 2013.
- CAMARGO, R.A.L; BACCARIN, J.G; SILVA, D.B.P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**. Araraquara-SP: FCLAr/UNESP, v. 8, n. 2, 2013.
- MDS. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>. Acesso em 23/01/2015.
- BOCCA, M.F. **O acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pelas famílias do assentamento de reforma agrária Córrego Rico em Jaboticabal/SP**.



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROGrama de Extensão Universitária

Anexo 1

Tabela 2: Acesso ao Crédito Rural pelas famílias pesquisadas no ano agrícola 2011/12

Assentamento	Nº *	Não	Sim
Araras I	4	50%	50%
Araras II	14	78,6%	21,4%
Araras III	26	92%	8%
Horto Guarani	25	72%	28%
Monte Alegre	36	62,2%	35,1%
Boa Sorte	7	100%	0%
ReageBrasil	3	66,6%	33,3%
Nossa terra	3	33,3%	66,6%
Formiga	7	100%	0%
Córrego Rico	6	67%	33,3%
Sepé Tiaraju	6	100%	0%
Ibitiúva	4	100%	0%
TOTAL	141	76,60%	23,40%

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

*Número de entrevistados que responderam as questões sobre acesso ao crédito rural em 2011/12

Tabela 3: Finalidade do Crédito Rural entre as famílias pesquisadas. Ano agrícola 2011/12

Assentamento	Nº *	Custeio	Investimento	Custeio e investimento
Araras I	2	100%	0%	0%
Araras II	3	33,3%	66,7%	0%
Araras III	3	33,3%	66,7%	0%
Horto Guarani	7	57,14%	42,86%	0%
Monte Alegre	13	76,90%	15,40%	7,70%
ReageBrasil	1	100%	0%	0%
Nossa terra	2	50%	0%	50%
Córrego Rico	2	100%	0%	0%
TOTAL	33	67,67%	27,27%	6,05%

* Número de entrevistados que contraíram crédito em 2011/12

Fonte: Pesquisa de campo, 2012



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROG. DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Tabela 4: Participação nos programas PAA e PNAE entre as famílias entrevistadas. Ano agrícola de 2011/12

Assentamento	Nº Lotes	Nenhum	PAA	PNAE	PAA e PNAE
Horto Guarani	25	68%	24%	4%	4%
Monte Alegre	37	75,68%	10,81%	5,41%	8,11%
Boa Sorte	7	14,29%	28,57%	0	57,14%
Formiga	7	100%			
SepéTiarajú	6	0	50%	0	50%
Córrego Rico	6	66,67%	16,67%	16,67%	
Nossa Terra	3	66,67%			33,33%
ReageBrasil	3	33,33%	66,67%		
Ibitiúva	4	25%	50%		25%
Araras	44	65,90%	15,91%	4,55%	13,64%
TOTAL	142	63,38%	19,01%	4,23%	13,38%

Fonte: Pesquisa de campo, 2012



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROGrama de Extensão Universitária

Anexo 2

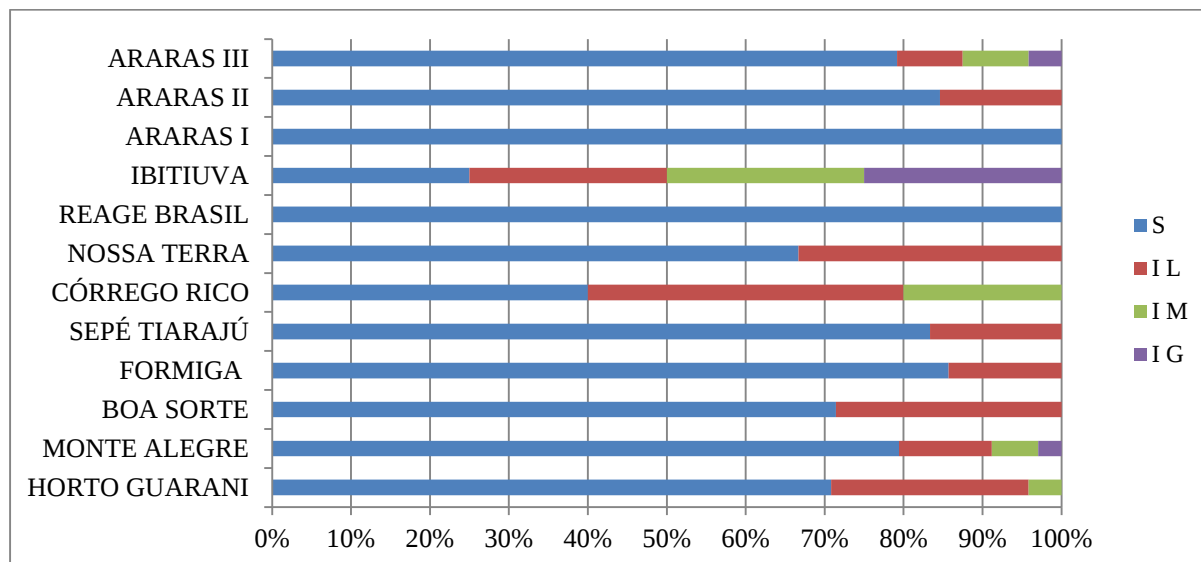


Figura 2: Aplicação da EBIA por assentamento

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

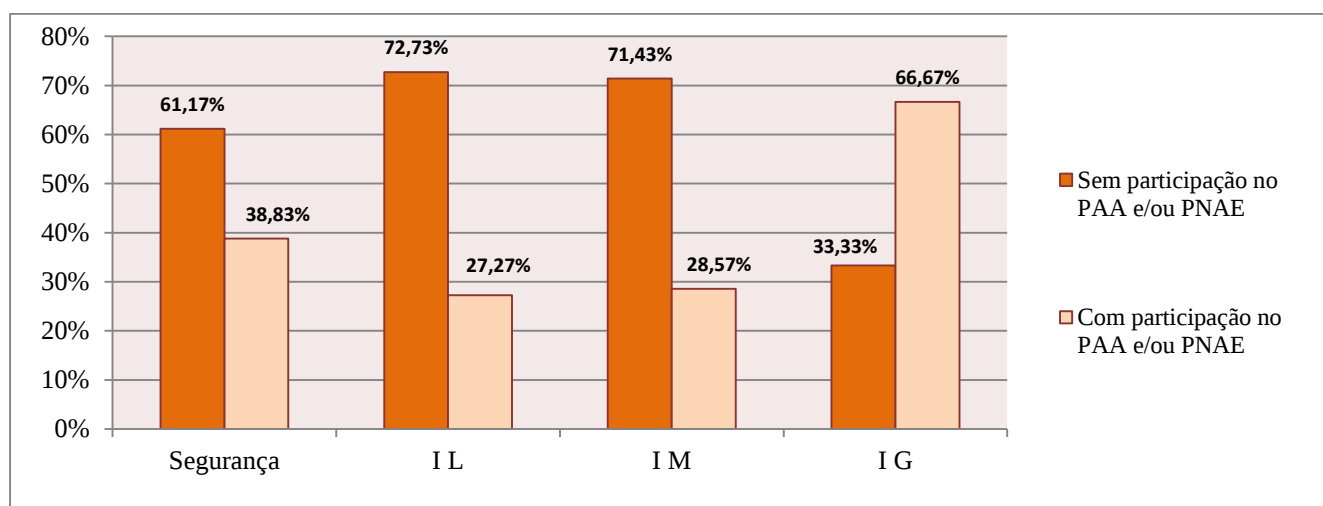


Figura 3: Relação entre Segurança Alimentar e participação no PAA e PNAE no ano agrícola de 2011/12

Fonte: Pesquisa de campo, 2012